

CET-Rio

Discussão e aprovação da pauta é o primeiro passo da Campanha Salarial

Estabelecer uma pauta de reivindicações que reflita a expectativa de cada trabalhador em particular e da categoria como um todo é responsabilidade da direção do Sindicato em conjunto com os(as) trabalhadores(as).

Nesse sentido, a direção do Sindicato dá o primeiro passo ao convocar Assembleia com o objetivo de discutir e deliberar sobre pré-pauta preparada tendo por base a atual conjuntura econômica.

Agora, cabe a cada trabalhador(a) assumir a sua parte e comparecer à Assembleia e garantir a representação de cada setor, colaborando para o enriquecimento da discussão e a consequente formatação de uma pauta representativa.

Este é o primeiro passo da Campanha Salarial.

Uma vez aprovada, a pauta passa a ser o instrumento de negociação entre a direção do Sintergia e a Comissão dos trabalhadores (também escolhida na mesma Assembleia) com a empresa.

Na mesma Assembleia estaremos discutindo o número de participantes do Sintergia em nas diversas comissões a

serem criadas.

A Campanha Salarial de 2014 acontece em ano eleitoral, o que levou a direção do Sindicato a convocar a Assembleia de aprovação de pauta com bastante antecedência para evitar que a empresa alegue no decorrer das negociações que não teve tempo de avaliar nossas reivindicações.

A direção do Sindicato conta com a presença de cada companheiro(a) para que a pauta aprovada sirva de elemento catalizador da mobilização coletiva.

Para a direção do Sintergia, cada cláusula da pauta é prioritária. Mas é preciso que a Assembleia determine as bandeiras de luta que vão nortear as discussões do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

Não dá para cruzar os braços e esperar que as coisas aconteçam.

Quem sabe faz a hora.

E a hora é de fazer uma grande Assembleia, numa clara demonstração de que queremos um ACT à altura de nossas expectativas, garantindo a manutenção do poder de compra de nossos salários.

ASSEMBLEIA

Dia 18 de fevereiro de 2014, às 18 horas

No Auditório do Sintergia

Avenida Marechal Floriano, 199/10º andar

Visite nosso site: www.sintergia-rj.org.br

Centrais farão ato dia 9 por agenda dos trabalhadores

Na primeira reunião de 2014, as centrais sindicais decidiram realizar um ato unificado no próximo dia 9 de abril. A mobilização será em torno da pauta dos trabalhadores entregue à presidente Dilma Rousseff em 2013 que não avançou. O local e o horário ainda serão definidos.

Na agenda dos trabalhadores estão reivindicações antigas como a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário, o fim do fator previdenciário e a regulamentação da negociação com os servidores públicos.

As centrais também cobrarão uma audiência com a presidenta para discutir os temas que a classe trabalhadora não abre mão de que avancem.

Para o Secretário Geral da CUT, Sérgio Nobre, "a reunião reafirmou a unidade da classe trabalhadora e que, independente das eleições, iremos manter a pressão e a mobilização para que as propostas que começamos a discutir em 2013 tenham um desdobramento".

De acordo com o dirigente, o momento é propício para os trabalhadores apresentarem uma avaliação sobre a conjuntura e colocar na mesa as expectativas em relação ao próximo governo.

"Temos preocupação com a política econômica e industrial: não concordamos com o aumento de juros, não concordamos que o Brasil faça o inverso dos países mais desenvolvidos, importando produtos de alta tecnologia e exportando manufaturados. Porque esse cenário compromete o nosso desenvolvimento. Queremos ainda que a reforma agrária ande, que o governo tome medidas para combater a rotatividade e não aceitaremos retrocessos na

política de valorização do salário mínimo", pontuou.

Ainda em relação às eleições, afirmou Nobre, que as centrais construirão uma agenda unitária para entregar aos candidatos, independentemente de quais apoiarem.

Contrato de curta duração

Também foi discutido na reunião a proposta acordada entre empresários e governo para a criação do contrato de trabalho de curta duração. O argumento para essa nova modalidade de contratação, que precariza as relações de trabalho e retira direitos dos trabalhadores, é atender as demandas dos grandes eventos como a Copa do mundo de futebol deste ano e as Olimpíadas em 2016.

Pela nova modalidade de contratação, empresários poderão contratar por até 14 dias num mês e 60 dias num ano sem a necessidade de assinar a carteira de trabalho. Além do repúdio, as centrais sindicais vão apresentar uma contraposta.

50 anos da Ditadura

Em 2014, destacou o diretor executivo da CUT, Júlio Turra, o Brasil relembra 50 anos do golpe militar de 1964, sugerindo unidade das centrais em torno da Comissão da Verdade para cobrar justiça aos trabalhadores perseguidos, torturados e assassinados pela Ditadura.

Ingerência do MP

A reunião das centrais também definiu a criação de um grupo de trabalho para discutir a ingerência do Ministério Público no funcionamento das entidades sindicais, desde a forma de sustentação até as eleições. A entidades vão elaborar um documento que será apresentado ao Poder Judiciário.